

A REPRESENTAÇÃO DE IMIGRANTES NO BRASIL PELA IMPRENSA DO PAÍS AO LONGO DO PERÍODO DE 1900 A 2015

REPRESENTATIONS OF IMMIGRANTS IN BRASIL BY BRAZILIAN PRESS FROM 1900 TO 2015

Andressa Beatriz Götzinger¹
andressagotzinger@hotmail.com

José Marcelo Freitas de Luna²
mluna@univali.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a representação de imigrantes no sul brasileiro. A base teórica do estudo é a Historiografia Linguística e o tipo documental; o estudo tem como *corpus* narrativas jornalísticas veiculadas durante o período de 1900 a 2015 na imprensa catarinense. Os jornais escolhidos como fontes para a obtenção dos dados são: *O Estado* e *Diário Catarinense*. Adota-se, para o tratamento dos dados, a técnica de análise de conteúdo. Os resultados são analisados em três seções distintas. A primeira seção refere-se ao período da Primeira Campanha de Nacionalização, na qual se discute a representação de imigrantes que circulou na imprensa catarinense, e as categorias de análises foram imigrante como trabalhador útil e imigrante como elemento indesejável. A segunda refere-se ao período da Segunda Campanha de Nacionalização, tendo como categoria imigrante como elemento indesejável. A terceira intitula-se a redemocratização, com as categorias imigrante como trabalhador útil e imigrante de países pobres, pois o imigrante provém de países em dificuldades econômicas. Os resultados indicam a superação de um passado em que se proibiam as línguas imigrantes por meio decretos legislativos, para dar lugar a um contexto em que a legislação brasileira possibilita certa tolerância e proteção da diversidade linguístico-cultural existente no país.

Palavras-chave: Representação de imigrante. Imprensa Catarinense. Interculturalidade. Política Linguística.

Abstract: This article explains the representation of immigrants in the south of Brazil. The theoretical framework of the study is based on Linguistic Historiography and this study is a documentary type study, with a corpus consisting of journalistic narratives published between 1900 to 2015 in the Santa Catarina State press. The newspapers chosen as sources for the document corpus were: *O Estado* and *Diário Catarinense*. It has been used the technique of content analysis. The results were analyzed in three distinct sections. The first section focuses on the First Nationalization Campaign period, in which we discuss the representation of immigrants: useful worker or undesirable element. The second section focuses on the Second Nationalization Campaign. The categories discussed in this section are the representation of immigrants: the undesirable element. The third section refers to the period from dictatorship to redemocratization. The categories addressed in this section are immigrant representation; as useful worker and immigrant from poor countries. The interpretation of the data led us to reflect that in a sense, the legislative policies of recent years have overcome a past that was silenced through coercive policies, replacing it with a context marked by a certain tolerance and protection of the linguistic and cultural diversity that exist in the country.

Keywords: Representation of the Immigrant. Santa Catarina State Press. Interculturalism. Linguistic Policy.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

² Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo, São Paulo.

1 Introdução

Por pesquisas fundantes de outros trabalhos, referimos que os imigrantes no Sul do Brasil, especialmente os alemães, desenvolveram seus costumes na nova terra. De fato, estima-se, com base em Kreutz (1991), que, em 1924, havia uma população em torno de 290.289 teuto-brasileiros no estado, para a qual havia 918 comunidades rurais com igrejas, escolas próprias, clubes sociais e recreativos (LUNA; GOTZINGER, 2017). Dentro desse quadro geral da imigração alemã, esses grupos transpuseram, de modo significativo, para a nova terra sua língua, seus costumes e tradições culturais, suas práticas religiosas e alimentares, bem como o modo de organização escolar próprio (LUNA, 2000).

Contudo, com as duas Grandes Guerras e os fatores políticos específicos do período chamado Estado-Novo, e que corresponde ao regime de Getúlio Vargas (1937-1945), tiveram como alvo a escola de populações estrangeiras, sobretudo os alemães (LUNA, 2000). O governo, autoritário e nacionalista, criou decretos que atingiram fortemente os imigrantes e suas instituições escolares. Em um dos decretos determinava a proibição de publicação de quaisquer revistas, jornais e livros em outra língua que não fosse o português e, ainda, somava-se a isso a proibição de falar outra língua que não fosse o nosso vernáculo, inclusive no que se refere ao uso de material didático em vernáculo (LUNA, 2000). Resumidamente, esse período ficou marcado por ações homogeneizadoras de culturas e línguas.

Na imprensa brasileira daquele período, boa parte das publicações jornalísticas passou a explorar as brutalidades cometidas pelos alemães contra as populações civis atacadas por eles durante a Segunda Guerra (LUNA, 2004). A partir disso, começou a se criar uma imagem negativa dos alemães, incluindo aqueles que haviam imigrado para todo Brasil, que passaram a ser vistos como “perigo”. As matérias veiculavam informações de que a Alemanha teria interesse em expandir seu imperialismo na América, por meio do contingente de imigrantes espalhados em vários países, entre esses o Brasil (LUNA, 2004). O volume de publicações de conteúdo negativo, que circulou nos jornais, gerou a antipatia da sociedade luso-brasileira, a maioria contra os imigrantes do sul brasileiro e contra as suas instituições escolares, vistas como desnacionalizadoras, uma vez que não ensinavam a língua nacional.

Recentemente, o Brasil ganhou novos imigrantes internacionais. A crise econômica que impactou, especialmente, nos Estados Unidos e na Europa, a partir de 2006, dando o início de um novo fluxo de imigrantes provenientes de diferentes nações: estadunidenses, portugueses, espanhóis, alemães, sírios, turcos, libaneses, ganeses, senegaleses, haitianos, bolivianos, peruanos, paraguaios, chilenos, japoneses e outros (IBGE, 2010). Nesse período, o

Brasil vivia uma nova configuração econômica e de crescimento, o que provavelmente atraiu novos imigrantes estrangeiros que, antes à crise, rumavam aos Estados Unidos e Europa (LUNA; GOTZINGER, 2017).

Nesse fluxo que viveu o país, a imprensa apresentou a migração laboral formada por dois grupos, em resumo. O primeiro é formado por profissionais estrangeiros trabalhando no país, os chamados “expatriados”. Esse grupo de profissionais veio transferido por empresas multinacionais, ou ainda, para suprir uma área específica com mão de obra, como por exemplo, os médicos do Programa Mais Médicos, do governo federal (LUNA; GOTZINGER, 2017). Já o segundo grupo é formado por imigrantes oriundos de países com dificuldades econômicas, os quais vieram em busca de oportunidades de emprego ou de estudo e melhores condições de vida; como exemplo desse grupo, frequentemente divulgado pela imprensa catarinense, estão os haitianos (LUNA; GOTZINGER, 2017).

Esse cenário de imigração lança novos desafios para a sociedade, especialmente no que concerne ao ensino de línguas e à consciência pluricultural de todos os membros sociais. As experiências com as imigrações no século XIX apontaram o Brasil como um país que se empenhou em homogeneizar cultural e linguisticamente suas minorias (LUNA, 2000). De lá para cá, são notórios os avanços na legislação brasileira como, por exemplo, a adoção da educação indígena sob uma perspectiva bilíngue e intercultural; a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais e de escolas bilíngues para surdos; e a implementação de alguns projetos como o ensino de português e alemão em Pomerode (SC) e o ensino de português e talian em Serafina Correa (RS), entre outros projetos (ALTENHOFEN, 2013). Por outro lado, porém, ainda se tem negligenciado as necessidades linguísticas dos recém-chegados imigrantes, principalmente com relação à educação de seus filhos (MAHER, 2013). Assim, o desafio consiste em pensar políticas educacionais que favoreçam uma consciência pluricultural e promovam atitudes de respeito e valorização da diversidade linguístico-cultural (LUNA; GOTZINGER, 2017).

Dessa forma, a interculturalidade adquire importância para pensar a diversidade cultural humana dentro do contexto global atual. Isso porque a filosofia intercultural questiona paradigmas dominantes. Fornet-Betancourt (2006) desenvolve essa reflexão acerca dos questionamentos de paradigmas dominantes, tecendo a crítica em torno da visão eurocêntrica focada na superioridade cultural. A colonização, a qual a América Latina foi submetida historicamente, deu-se pela desvalorização da cultura, da língua e do próprio povo latino, assim, os saberes de que detinham foram, também, sendo pouco a pouco aniquilados. A violência epistemológica, como denomina Fornet-Betancourt (2006), pode ser percebida

pelas medidas impositivas na língua e na cultura do povo latino desde a sua colonização e, ainda, segue essa violência por meio do modelo econômico desenvolvimentista dos países hegemônicos que reduz saberes e conhecimentos científicos em uma única visão possível. Contrária a tudo isso, a interculturalidade questiona essa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou as relações de poder entre culturas dominantes e as dominadas e, ainda, propõe um equilíbrio epistemológico que só se dá se houver o reconhecimento verdadeiro do Outro e de sua cultura como igualmente válidos.

O artigo, aqui apresentado, objetiva discutir a representação de imigrantes que circulou na imprensa catarinense durante o período de 1900 a 2015. Os materiais utilizados para a realização da pesquisa são documentos escritos como livros, artigos, teses, dissertações e, aqui, servem para a descrição do contexto. As narrativas jornalísticas formam o nosso *corpus* de dados; os jornais elegidos como fontes para obtenção das narrativas jornalísticas foram *O Estado* e o *Diário Catarinense*. A escolha por eles justifica-se à medida que são considerados jornais de grande circulação na sociedade catarinense, cobrindo todas as regiões de Santa Catarina. O jornal *O Estado*, durante a sua existência, manifestava o orgulho de sua longevidade com o dizer: “o mais antigo”. O registro de sua primeira publicação marca a data de 1892, circulando até 1902, quando teve uma pequena pausa, mas retomou as atividades em 1915 até a data de seu fechamento, em 2009. O *Diário Catarinense* foi, por algum tempo, dirigido por Assis Chateaubriand, de 1973 a 1980, quando fechou por falta de leitores e anunciantes; reabriu em 1986, quando foi integrado ao grupo RBS e, ainda hoje, está na ativa (PEREIRA, 1999).

Adotou-se, para tratamento do *corpus*, a análise de conteúdo. Essa técnica se aplica à análise de textos e procura reduzir as informações contidas nos documentos em pormenores, decompondo-as em categorias de análise. Essas categorias foram construídas posteriormente à leitura, envolvendo idas e vindas ao *corpus* narrativa e ao referencial teórico (CHIZZOTTI, 2013). Nesse momento, tentou-se reunir as partes: elementos do referencial teórico e a interpretação coerente do material de coleta para, então, chegar à descoberta e explicá-la com vistas a atender o objetivo de pesquisa: discutir a representação de imigrantes veiculada pela imprensa catarinense. Assim, as explicações formuladas nas análises dos dados, são encadeamentos de ligações entre a problemática da pesquisa, as categorias extraídas no material coletado e o referencial teórico.

O referencial para representação advém da linguística, que toma a linguagem como uma faculdade para organizar o pensamento, criar percepções e dar forma à realidade em que se vive. Para Fiorin (2012), a linguagem dá ao homem uma possibilidade de categorizar,

organizar e interpretar o mundo. Nesse sentido, a língua é produto social dessa capacidade de linguagem (FIORIN, 2003). Fiorin (2012, p. 57) lembra-nos que a língua não é uma nomenclatura pronta da realidade, porque “nenhum ser do mundo pertence a uma determinada categoria”; os homens que, por meio de suas línguas, criam as categorias e põem nelas os seres. Assim, as línguas são modos de perceber e interpretar realidades. Por isso é que línguas diferentes podem categorizar, de modo distinto, a mesma realidade. Por exemplo, na língua portuguesa, os dedos da mão e do pé são denominados “dedos”. Já na língua inglesa, os dedos da mão são chamados “*fingers*” e os do pé “*toe*”, ou seja, são modos diferentes de interpretar a mesma realidade (FIORIN, 2012). Portanto, estudar as línguas e linguagem, em diferentes recortes temporais, possibilita entender a cultura e o próprio homem (FIORIN, 2012)

Além da introdução, este artigo encontra-se organizado em cinco seções: a de representação de imigrante durante a Primeira Campanha de Nacionalização, na qual são discutidas as categorias “imigrante como trabalhador útil” e “imigrante como elemento indesejável”. Na seção seguinte, a representação de imigrante durante a Segunda Campanha, na qual é discutida a categoria “imigrante como elemento indesejável”, novamente. Na terceira, a representação de imigrante do período de redemocratização do país aos anos recentes, na qual são discutidas as categorias “imigrante como trabalhador útil” e “imigrante de países pobres”, última seção. Finalmente, as considerações na qual discorremos em torno dos subsídios teórico-metodológico e os resultados obtidos.

2 A Representação de imigrante durante a primeira campanha de nacionalização

1.1 O imigrante como trabalhador útil

Entre as representações veiculadas nos textos jornalísticos, é possível perceber a representação do imigrante como “trabalhador”. As matérias do jornal apresentam o imigrante, especialmente o alemão e o italiano, como um “elemento útil” e “indispensável” para o progresso, referindo-se à “capacidade de trabalho” desse imigrante, conforme evidencia a amostra das notícias publicadas pelo jornal *O Estado*:

[...] Todos quantos se interessam pelo desenvolvimento econômico do Brasil reconhecem que um dos problemas, cuja solução depende de um maior culto ao nosso progresso, é a imigração, atrair o emigrante, localizá-lo em centros onde seja possível empregar, com maior proveito para a nossa terra, as energias do seu trabalho e as lucubrações da sua inteligência [...] O grau de adiantamento em que se encontram os Estados do Sul, com a agricultura prospera, a indústria florescente e o

comércio em nível de franca prosperidade, é devido tão somente ao elemento immigratorio [...]. (O ESTADO, 1923).

[...] progresso dessas felizes localidades, pela capacidade de trabalho estrangeira [...] nas localidades originárias de colonização alemã ou italiana e onde predominam esses elementos que se observa a febre de trabalho e de progresso [...] De facto [...] em Santa Catharina e no Rio Grande do Sul [...] são justamente as localidades que tiveram sua origem na colonização estrangeira [...] notaremos que os Brasileiros ali domiciliado é [...] um homem dotado de grande iniciativa e de uma capacidade empreendedora admirável [...] viajando pelo município de Blumenau [...] uma fábrica como a [...] Hering, por exemplo, não dirá que aquelle colosso [...] começou por dois ou três teares [...]. (O ESTADO, 1927).

Representações com estas características (trabalhador útil para o progresso) tiveram início em meados do século XIX, quando o governo imperial demonstrava os primeiros interesses em atrair imigrantes, especialmente os europeus. No que concerne aos interesses do Brasil com a imigração, conforme Luna (2000), entre as justificativas estavam a ocupação estratégica das terras pouco povoadas do Sul, aliada ao desenvolvimento da agricultura e, nesse quesito, a população europeia detinha de conhecimento das técnicas para a agricultura. Esse fato acabou por qualificar esses imigrantes como grupo bastante adequado para esse tipo de trabalho. Assim, como forma de atraí-los, em especial os imigrantes alemães, o governo imperial realizou doações de terras devolutas aos imigrantes dispostos a virem; em alguns casos, deu-se também a isenção de impostos (LUNA, 2000). A população europeia detinha o conhecimento de técnicas para a agricultura e, por essa razão, os imigrantes europeus interessavam muito ao governo brasileiro. Além disso, havia interesses de substituir a mão de obra escrava e branquear a população brasileira, que era composta por pardos e negros, em sua maioria (LUNA, 2000); isso desagrava o governo, visto que, naquele tempo, vigorava fortemente um ideal de pureza racial. Por conta desses fatores, os imigrantes europeus foram considerados ideais, na percepção dos governantes do Império, que legislou no sentido de atrair esses imigrantes como trabalhadores nas terras cedidas e, mais à frente, como trabalhadores responsáveis pelas indústrias no sul.

Por outro lado, esses imigrantes nem sempre foram representados de forma positiva, sendo que a aproximação dos conflitos bélicos fez eclodir hostilidades contra os imigrantes. Na imprensa catarinense, circulou o alerta de riscos contra o Brasil, conforme discutiremos na seção seguinte.

1.2 O imigrante como elemento indesejável

Os imigrantes e descendentes passam a ser representados como elementos indesejáveis pela imprensa. A representação de “indesejáveis” está em torno do que se conheceu como “perigo”, porque, supostamente, alemães e italianos estariam ligados às atividades do nazi-fascismo e aos “núcleos estrangeiros” vistos, assim, como um “problema” para a unidade nacional, porque formavam um grupo étnico que não se desprendia de seus usos e costumes, na percepção dos jornais da época. Essas denominações aparecem no jornal *O Estado*, que publicou diversas matérias que suscitam representações negativas dos imigrantes e seus descendentes.

A representação de “perigo alemão” adquiriu intensidade com a aproximação do primeiro conflito bélico. Corroborar essa afirmação Luna (2000), ao afirmar que o clima de instabilidade e medo trazido pela Primeira Guerra fez eclodir os sentimentos nacionalistas e crescer disputas calorosas e hostis contra o que passou a ser percebido por “perigo alemão”. Os relatos divulgados pela imprensa catarinense baseavam-se em denúncias de que imigrantes alemães e italianos estivessem envolvidos em atividades do nazi-fascismo e produziram uma propaganda de alerta contra os “perigosos”, que poderiam, a qualquer momento, causar a “desintegração nacional”. O tom dessa propaganda pode ser sentido nos excertos retirados de notícias do jornal *O Estado*:

O perigo allemão está no que parece afastado [...] O governo não deve, porém, descuidar dos perigos novos que por lá se preparam [...]. (O ESTADO, 1917).

[...] Blumenau, aonde a ambição e a ganancia germanica vêm há annos laboriosamente preparando um plano tenebroso de desintegralisação e de conquista [...] nacionalizar de vez as terras allemãs [...]. (O ESTADO, 1918).

Há muita gente que julga a Alemanha vencida [...] enganam-se redondamente [...] O allemão já está trabalhando para refazer a sua pátria: os seus filhos, os seus netos, todos os seus descendentes [...] Ninguém pode negar [...] a maquina formidável que aqui estava montada para a nossa completa germanisação [...] precisamos acabar com o estrangeirismo na nossa terra. (O ESTADO, 1919).

[...] A victoria alliada permittiu-nos reagir contra o perigo [...] o requerimento [...] pedindo informações sobre contractos de terras entre o governo [...] e colonos [...] tornou [...] oportuna a intervenção [...] exacta do perigo germanico [...]. (O ESTADO, 1919).

Outra categoria que aparece nesse primeiro confronto bélico são “núcleos estrangeiros” como um “problema”. Os “núcleos de colonização estrangeira” referem-se à presença de grupos étnicos formados no processo de imigração, concentrados e vivendo em

uma mesma área. O resultado desse agrupamento teria sido a manutenção de hábitos, usos e costumes nos moldes mais próximos possíveis da região de origem (SEYFERTH, 1981). Contudo, a divulgação realizada pela imprensa catarinense acerca das manutenções culturais e linguísticas dos imigrantes foi apresentada na forma de um “problema” a ser revolido pelas autoridades brasileiras. Essa divulgação voltava-se, ainda, contra os imigrantes e descendentes que querem que instituições escolares ensinem em língua alemã. Nesse item, o excerto da notícia menciona, até mesmo, a necessidade de punição diante dessa “afronta”. Essas representações circulavam em *O Estado*, em tempos de guerra, caracterizando negativamente os imigrantes e descendentes por terem uma cultura e por falarem uma língua que não correspondiam ao ideal de nação tido naquele período, conforme evidenciam as amostras do jornal *O Estado*:

[...] povoado contendo fortes núcleos estrangeiros, a quem deveríamos levar a nossa cultura [...] Há colônias que não têm escolas alguma e onde dia a dia tão crescendo muitos brasileiros que não conhecem a língua do seu paiz. (O ESTADO, 1915).

[...] está sendo insuflada uma viva agitação entre colonos alemães contra as escolas públicas, porque não ensinam em língua alemã [...]. A gravidade dos factos [...] está a exigir do governo [...] a maxima energia para a punição severa [...]. (O ESTADO, 1919).

[...] o problema allemão [...] Os allmães respeitam as leis e as autoridades municipaes, mas ainda se não desprenderam de todo dos seus usos, costumes e tradições [...]. (O ESTADO, 1921).

O primeiro conflito bélico contribuiu com a mudança de percepção do “imigrante útil” para “indesejável”, “perigoso” veiculada pela imprensa catarinense. Corroborando essa afirmação Luna (2000), ao apontar, em seu texto, que a entrada do Brasil na Guerra, nos dois períodos, fez eclodir o sentimento de medo e revolta. O texto de Luna (2000) corrobora, ainda, a informação de que a imprensa, principalmente a de língua portuguesa, tornou-se um veículo de propaganda das atrocidades germânicas, em especial. A partir das notícias veiculadas, extremamente negativas em relação ao “perigo”, desencadearam-se os sentimentos de patriotismo da nação, que, frente à forte propaganda, tomou os relatos jornalísticos como verdadeiros (LUNA, 2000). Esse cenário negativo ao imigrante traduziu-se em exigências de assimilação cultural, levadas a efeito pelas Campanhas de Nacionalização de Ensino, como discutidas a seguir.

3 A representação de imigrante durante a segunda campanha de nacionalização

3.1 O imigrante como elemento indesejável

Como na primeira fase do conflito, os jornais exploraram a representação do imigrante como “elemento indesejável” por meio de matérias que se intensificaram com a deflagração da Segunda Guerra. O “elemento indesejável”, nessa segunda fase, aparece relacionado com as categorias de palavras “alienígenas”, “núcleos estrangeiros constituindo um problema”, “perigo” e “quistos inassimiláveis de elementos estrangeiros”, conforme evidencia a amostra de notícias publicadas no jornal *O Estado*:

[...] minorias alienígenas (...) seriam incorporadas gradativamente à nação [...] grupos de colonos, fragmentos de nacionalidades européas, transportadas ao nosso país [...] o Estado Novo já não precisa dos sullfraggios dos Allemães, Italianos, Poloneses e Israelitos obstinados no seu proposito de alheimento aos destinos do brasil [...]. (O ESTADO, 1938).

[...] núcleos de estrangeiros do sul constituem, de há muito, sério problema para a integridade moral do país [...] para nacionalizar essas zonas, povoadas por estrangeiros não identificados com o nosso país [...] o governo recorreu ao patriotismo [...] do Exército. A simples presença [...] junto as populações locais actuará como uma affirmação da nossa soberania [...]. (O ESTADO, 1939).

[...] guerra de 1914 que nos abriu os olhos [...] quistos inassimilaveis de elementos estrangeiros [...] De todas as correntes imigratórias a mais recente é a japonesa para a qual já se poderia ter agido de modo mais providente [...] Nosso ideal é que esses elementos [...] se assimilem o mais rapidamente possível. (O ESTADO, 1942).

Conforme sugerem as notícias, entre os anos de 1937 a 1945, em particular, uma parcela significativa da população imigrante e descendente sofreu interferências significativas na vida, produzidas pela Segunda Campanha de Nacionalização que, como na primeira, buscava, em nome da unidade nacional, assimilação de “alienígenas”. “Alienígenas” eram os imigrantes e seus descendentes que portassem uma cultura e uma língua diferente da nacional, tida, portanto, como incompatível com os princípios de brasilidade (SEYFERTH, 1997, p. 95). A Segunda Campanha foi implementada durante o Estado-Novo, para atingir a todos os “alienígenas” ou ainda “os núcleos estrangeiros”, população imigrante e seus descendentes (SEYFERTH, 1997, p. 96). O primeiro ato da campanha de nacionalização atingiu as instituições escolares étnicas, que foram obrigadas a realizar uma série de adequações. Depois, outras instituições sociais foram perseguidas, como recreativas, esportivas e os jornais dos grupos imigrantes sendo, este último, proibido de circular (SEYFERTH, 1997).

Outra palavra recorrente nos textos jornalísticos da época é o “quisto”. Esse termo pode vir acompanhado de adjetivos como inassimiláveis, estrangeiros, raciais, ou, ainda, étnicos. Para Seyferth (1997), quisto é uma terminologia própria da patologia médica, portanto uma anomalia no corpo da nação. Na visão da época, esse tipo de anomalia só poderia ser eliminado pela ação do civismo e, por isso, o exército apareceu como encarregado de divulgar os valores morais e virtudes cívicas para aqueles que representam “quistos” contaminando o corpo da nação, ou ainda, aos “alienígenas”, “estrangeiros” inassimiláveis, que constituem um problema nacional (SEYFERTH, 1997, p. 96).

Assim, os grupos étnicos e suas culturas, no calor da política varguista, eram representados de diversas maneiras pela imprensa. Por vezes, como “alienígenas”, “quistos”, “estrangeiro”, ainda, “inassimilável”. E outras vezes, como “germanismo”, “hitleristas”, “ameaça”, “inimigos” e “perigo”, essas advindas de possíveis denúncias de envolvimento em atividades do nazi-fascismo.

Resumidamente, a imprensa, de modo geral, contribuiu com a propagação e construção da ideia de perigo e do medo. Nos dois conflitos bélicos, tanto da Primeira como da Segunda Guerra, os sentimentos patrióticos e nacionalistas provocaram tensões entre brasileiros e imigrantes, em especial àqueles imigrantes oriundos dos países do Eixo: alemães, italianos e japoneses, assim os brasileiros os viam ligados ao país inimigo (FÁVERI, 2004). Entre os anos de 1930 e 1940, com a ascensão do nazismo e com Hitler no poder (desde 1933), o perigo de uma invasão da Alemanha na América do Sul passou a ser considerado como real (FÁVERI, 2004), o que favoreceu na representação coletiva desses imigrantes como “perigosos”. Assim, para barrá-los, ações coercitivas do governo voltaram-se contra o “perigo”, representado pelos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, em especial aqueles dos países do Eixo.

4 A representação de imigrante a partir da redemocratização do País

4.1 O imigrante como trabalhador útil

Entre as representações veiculadas nas notícias jornalísticas, é possível perceber a representação de um tipo de imigrante como o trabalhador que foi bastante útil ao progresso

dos estados sulinos no passado. As narrativas das quais emergem essa categoria reapresentam³ o imigrante europeu e suas contribuições para o enriquecimento e desenvolvimento econômico dos estados do Sul. Os enunciados referentes a essa categoria podem ser evidenciados nas amostras publicadas no *Diário Catarinense*:

Em homenagem [...] ao Sesquicentenário da Imigração Alemã [...] os colonizadores chegaram à terra [...] arregaçaram as mangas [...] o imigrante [...] foi um bravo, [...] um herói que [...] não fora a persistência daqueles que [...] chegaram no século passado [...] não estaríamos desfrutando da privilegiada situação de município altamente industrializado, onde impera o trabalho [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 1974).

[...] documentário [...] tem como objetivo resgatar dados históricos da colonização do estado, destacando a importância dos estrangeiros [...] os imigrantes eram absorvidos como mão-de-obra na lavoura, em substituição aos escravos. Mas os imigrantes traziam também tecnologia. Eles montaram uma infra-estrutura de auto-suficiência. Uma dessas atividades [...] a indústria de tecelagem que é a mais forte em Santa Catarina, entre outras como a cerâmica e a alimentícia [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 1990).

Há 120 anos chegavam [...] os primeiros imigrantes, com papel importante no crescimento da região. Eles lutaram para manter [...] a história, a cultura e as tradições desse povo que em muito contribuiu para o desenvolvimento dos estados do Sul [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 1992).

A partir da leitura do *corpus*, pode-se perceber que as representações do europeu como um tipo de imigrante responsável pelo progresso e desenvolvimento local ancoram-se numa perspectiva eurocêntrica. Essa perspectiva está assentada em culturas de pensamento ocidental e europeu, que se vale de fundamentos racionais, científicos e tecnológicos para justificar uma superioridade em relação às demais culturas, vistas por vezes como não civilizadas ou mesmo inferiores (FORNET-BETANCOURT, 2009). De acordo com o autor, a cultura dominante argumenta que suas explicações manifestam conteúdos de verdade, cujo resultado é alcançado por processos racionais e intencionais, e somente assim é possível produzir conhecimento verdadeiro.

Para Fornet-Betancourt (2009), a mesma cultura dominante privilegia o saber fazer “indústria” e nos instala em uma relação instrumental com o conhecimento. Dito de outra forma, o conhecimento é percebido como um instrumento, o qual pode ser aplicado. Esse uso aplica-se, preferencialmente, para a produção e consumo. Dessa forma, o conhecimento e as inovações científico-tecnológicas das culturas dominantes voltam-se para o progresso e o desenvolvimento econômico, tidos como importantes nessas sociedades. Cabe destacar, ainda,

³ Durante os dois conflitos bélicos, os imigrantes europeus, em particular os alemães, foram vistos como “perigo” entretanto, passados os conflitos, os jornais tanto *O Estado* como o *Diário Catarinense* voltam a apresentar o imigrante europeu como “trabalhador útil”.

que Fornet-Betancourt (2006) leva-nos para o conceito de violência epistemológica; pratica-se essa violência por meio do modelo desenvolvimentista dos países hegemônicos, que consideram seu conhecimento como único e, assim, desvalorizam os saberes e conhecimentos do Outro, conforme discutiremos na seção a seguir.

4.2 O imigrante de países pobres

Uma segunda categoria encontrada nos textos jornalísticos é a de “imigrante de países pobres”. Os textos narrativos dos quais emerge essa categoria, trazem informações sobre a vinda de imigrantes sírio-libaneses e os de origem africana, como senegaleses, ganeses e haitianos recém-chegados ao Brasil. Os textos noticiam questões relacionadas à pobreza, aos problemas étnico-religiosos, aos desastres naturais e à falta de trabalho e de oportunidades em seus países de origem, bem como as dificuldades na chegada dos haitianos, em particular, e a falta de planejamento na acolhida adequada a grupos recém-chegados de imigrantes. Esse quadro geral pode ser evidenciado no conjunto de amostras publicadas no *Diário Catarinense*:

[...] os árabes sírio-libaneses começam a chegar ao Brasil entre 1871-1880. A imigração cresce nos anos decênios posteriores [...] entre 1911-1920 [...] o árabe [...] penetrou [...] nos [...] territórios de Santa Catarina [...] entre as causas dessa imigração, aparecem a pobreza das áreas da Síria e do Líbano, a falta de oportunidade em seus países de origem, os problemas sócio-políticos e a conjuntura de dominação turco-muçulmana sobre as minorias cristãs [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 1987).

[...] pilar na ajuda dos refugiados Sírios que procuram acolhida brasileira é [...] igreja Ortodoxa Síria [...] quando chegam ao Brasil os refugiados costumam dizer que têm medo da morte. Um pesadelo como definem o conflito instalado no naquele país [...] para ganhar a vida [...] participam de feiras livres, carregando caixotes [...] (DIÁRIO CATARINENSE, 2013).

Dois anos após o terremoto que transformou em escombros a capital do país mais pobre das Américas, muitos haitianos têm vindo buscar no Brasil as condições de vida que não existe dentro de suas fronteiras - onde 60% da população está desempregada [...] e sofrem com a escassez de alimentos [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 2014).

[...] janeiro de 2010, quando um catastrófico terremoto devastou o Haiti e multiplicou o cenário de pobreza. [...] O inferno dos imigrantes começa antes mesmo da chegada [...] quando são roubados, extorquidos [...] a falta de dinheiro, a fome, a sede [...] Já no abrigo [...] do Acre, encontraram uma morada em condições desumanas [...] sofrem com a incapacidade de comunicação e a falta de informação [...]. (DIÁRIO CATARINENSE, 2015).

As notícias veiculam informações um tanto depreciativas, por exemplo “a pobreza”, “um pesadelo”, “desemprego” e “falta de dinheiro”, e “fome”. Essas representações ancoram-

se em tradições de história e conhecimentos de visão única. Essa visão única são os estereótipos que Adichie (2009) classificou como histórias incompletas, porque são baseadas em formulações apressadas e visões unilaterais, que ouvimos acerca de um determinado grupo e, portanto, não configuram um significado profundo/denso da realidade, tampouco o valor de um povo e uma cultura (GEERTZ, 2014). Essa visão única marcou o colonialismo na América Latina e na própria África. Isso pode ser percebido, se refletirmos na forma como determinados grupos étnico-raciais, especialmente os negros, oriundos do continente africano, foram subalternizados e estigmatizados em função da cor de pele, do tipo de língua falada e dos hábitos culturais, tidos como inferiores. Assim, relacionar o imigrante às notícias de misérias e/ou dificuldades diversas de sobrevivência, de forma repetitiva, cria a desvalorização do Outro e, conseqüentemente, da sua cultura. Essa prática pode ser melhor demonstrada pelo que Fonet-Betancourt (2006) denominou por violência epistemológica.

Essa violência, como iniciada anteriormente, manifesta-se na hierarquização dos saberes e conhecimentos entre os povos. Desse modo, determinados povos foram, historicamente, submetidos à dominação de outros, configurando um cenário de colonizadores e colonizados. Os colonizadores, ao chegarem às terras dos colonizados, foram impondo seu modelo de desenvolvimento econômico, sua língua, sua cultura e seus conhecimentos científicos como únicos. Essa prática traduziu-se na homogeneização cultural, que teve como função consolidar uma cultura dominante de base ocidental e eurocêntrica (CANDAU, 2012). Nesse sentido, não há como analisar a forma de representar determinadas minorias sem levar em conta que essas minorias são percebidas a partir de fatores relativos a classe social, etnia, linguagem e diferenças culturais, vistas pela cultura dominante como “inferioridade” e, assim, caracterizando numa desvalorização e, mesmo, discriminação dessas minorias. Nessa forma de representar o Outro está implícita a violência epistemológica (FORNET-BETANCOURT, 2006), ou, ainda, as relações de poder desiguais (CANDAU, 2012).

5 Considerações finais

Com o objetivo de discutir a representação de imigrantes no Brasil durante o período de 1900 a 2015, o presente artigo valeu-se de um *corpus* documental constituído por notícias jornalísticas veiculadas no período proposto acima e por fontes secundárias, como artigos e livros, que contribuíram para a compreensão e descrição do contexto histórico e, ainda, como subsídios teóricos.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, que nos permitiu obter as seguintes categorias de análises. O imigrante como trabalhador útil, esta representação circulou nos jornais em meados do século XVIII, quando o governo Imperial demonstrava os primeiros interesses em atrair imigrantes europeus, vistos “como a solução para a regeneração da raça”, conforme Fáveri (2004, p.40); e, posteriormente, o protagonismo do imigrante europeu esteve representado pela capacidade de trabalho, prosperando os estados do Sul. A próxima categoria foi a de imigrante como elemento indesejável, que foi analisada durante o período correspondente às duas Campanhas de Nacionalização. A representação de indesejáveis circulou pela imprensa brasileira em torno do que se chamou de “perigo”, porque, supostamente, alemães e italianos estariam ligados às atividades do nazi-fascismo, vistos, assim, como um “problema” para a unidade nacional. E, por fim, a categoria imigrante de países pobres. Os textos jornalísticos dessa categoria noticiam questões relacionadas à pobreza, à falta de trabalho e oportunidades em seus países de origem, bem como as dificuldades na chegada dos haitianos, em particular, a falta de planejamento na acolhida. Representações com essas características geram depreciações acerca de um determinado grupo, porque são baseadas em formulações apressadas e visões unilaterais, e não configuram um significado mais profundo do Outro e do valor de seus sistemas culturais.

Assim, pelos subsídios teóricos e interpretação dos dados, pode-se perceber a superação de um passado em que se proibiam as línguas e culturas imigrantes, por meio de medidas coercitivas e homogeneizadoras referentes, principalmente, no período varguista, para dar lugar a um contexto em que se presencia certa tolerância e proteção da diversidade linguístico-cultural existente no país. Contudo, apesar dos avanços legislativos dos últimos anos com relação às escolas bilíngues indígenas, Libras e outros projetos bilíngues, ainda é preciso progredir em políticas públicas que visam ao reconhecimento e valorização do Outro e seu sistema cultural como igualmente válidos. Nesse sentido, o objetivo seria promover o contato entre grupos e culturas diversas, de modo a desenvolver, nos grupos, uma postura de trocas de experiências, conhecimentos e saberes entre si e atitudes de respeito entre culturas, línguas e pessoas.

Cabe ressaltar, enfim, que o presente estudo, aliado ao viés intercultural, adquire importância porque propõe pensar a diversidade cultural humana dentro do contexto sociopolítico e educacional atual. Isso porque a interculturalidade propõe uma realidade de equilíbrio com o mundo e de diálogos com as minorias culturais da humanidade (FORNET-BITANCOURT, 2006). A interculturalidade também questiona paradigmas dominantes, como a visão eurocêntrica e os estereótipos construídos socialmente e ao longo da história

entre colonizadores e colonizados, ao passo que na América Latina, por exemplo, esses paradigmas dominantes desvalorizaram culturas, saberes e línguas, que foram pouco a pouco aniquilados pela imposição da cultura, saber e língua dos colonizadores. Desse modo, a interculturalidade, contrária a tudo isso, questiona essa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou as relações de poder entre culturas dominantes e as dominadas.

O Brasil, apesar da diversidade linguística que possui, ainda não conseguiu garantir, por exemplo, a todas as escolas públicas brasileiras, programas adequados de ensino bilíngue. Por um lado, são notórios alguns avanços como, por exemplo, a adoção da educação escolar indígena sob uma perspectiva bilíngue e intercultural e a regulamentação da LIBRAS e das escolas bilíngues para surdos. No caso específico da imigração, tem-se notado a ampliação dos debates voltados aos espaços das comunidades de fala imigrante. Por outro lado, ainda se tem negligenciado as necessidades linguísticas de imigrantes peruanos, bolivianos, senegaleses e outros recém-chegados ao país, pois eles têm dependido de iniciativas da sociedade civil para obtenção de conhecimento linguístico do português brasileiro, principalmente com relação à educação de seus filhos (MAHER, 2013). Assim, o desafio consiste em pensar políticas públicas que favoreçam uma consciência pluricultural e promovam encontros interculturais entre grupos diferentes, a fim de que possam, na diferença, empreender atitudes de respeito mútuo e de valorização da diversidade.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. O Perigo de uma única história. **TED Talks**, [S.l.], 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 09 jan. 2016.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Cristiane; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. (Orgs.). **Política e Políticas linguísticas**. Campinas, Pontes e Alab, 2013.
- CANDAU, Vera Maria. Sociedade Multicultural e Educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática crítica e interculturalidade**: aproximações. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.
- FAVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajai: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz. (Org.). **Introdução à linguística**: Objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Conversas com Linguistas: virtudes e controvérsias. In: XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Suzana. (Orgs.). **Conversas com linguistas**: virtudes e controvérsias. Rio de Janeiro, Parábola, 2003.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **La interculturalidad a prueba**. Wissenschaftsverlag Mainz: Aachen, 2006.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Tareas y propuestas de la filosofía intercultural**. Wissenschaftsverlag Mainz: Aachen, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório do Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O português na escola nova alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Ed. da Univali, 2000.

LUNA, José Marcelo Freitas de. Vozes, em bom português, silenciadas por decretos. In: Revista CEHCOM / UNIVALI **Vozes e Diálogo**, v. 7, n. 7, 2004.

LUNA, José Marcelo Freitas de. GOTZINGER, Andressa Beatriz. A educação linguística de imigrantes no Brasil. **Revista X**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 90-106, 2017.

MAHER, Terezinha Machado. Ecos de resistência: Políticas Linguísticas e Línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Cristiane; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf. (Orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes/Alab, 2013.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Santa Catarina: Fundação Catarinense da Cultura, 1981.

SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos Imigrantes como questão Nacional. **Revista MANA**, [S.l.], v. 3, n. 1, 1997.